

23/06/2015

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 125.270 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
PACTE.(S)	: ANDRE LUIZ DA SILVA ALVES
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE DESRESPEITO A SUPERIOR. ARTIGO 160 DO CPM. DEFENSORIA PÚBLICA. PRESENÇA DE DEFENSOR NA AUDIÊNCIA DE LEITURA DA SENTENÇA. INTIMAÇÃO DO ÓRGÃO DEFENSIVO MEDIANTE REMESSA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. RECURSO DE APELAÇÃO JULGADO INTEMPESTIVO. INOBSERVÂNCIA DAS PRERROGATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA.

1. À Defensoria Pública, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, compete promover a assistência jurídica judicial e extrajudicial aos necessitados (art. 134 da Constituição Federal), sendo-lhe asseguradas determinadas prerrogativas para o efetivo exercício de sua missão constitucional.

2. Constitui prerrogativa a intimação pessoal da Defensoria Pública para todos os atos do processo, estabelecida pelo art. 370, § 4º, do Código de Processo Penal; art. 5º, § 5º, da Lei 1.060/1950; e art. 44, I, da Lei Complementar 80/1994, sob pena de nulidade processual.

3. A intimação da Defensoria Pública, a despeito da presença do defensor na audiência de leitura da sentença condenatória, se perfaz com a intimação pessoal mediante remessa dos autos.

4. Ordem concedida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do

HC 125270 / DF

Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Ministro DIAS TOFFOLI, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em conceder a ordem de *habeas corpus*, para determinar ao Superior Tribunal Militar que submeta a Apelação 78-90.2013.7.11.0211/DF a novo julgamento, nos termos do voto do Relator. Presente o Dr. Gustavo Zortéa da Silva, Defensor Público Federal. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Brasília, 23 de junho de 2015.

Ministro TEORI ZAVASCKI
Relator

23/06/2015

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 125.270 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
PACTE.(S)	: ANDRE LUIZ DA SILVA ALVES
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR): Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão do Superior Tribunal Militar nos autos da Apelação 78-90.2013.7.11.0211/DF. Consta dos autos, em síntese, que (a) o paciente foi condenado à pena de 3 meses de detenção pela prática do crime de desrespeitar superior diante de outro militar, com a concessão *sursis*; (b) a audiência de leitura de sentença ocorreu em 27/2/2014, (c) os autos foram remetidos ao Ministério Público Militar em 10/3/2014 e devolvidos ao Juízo processante no dia 13/3/2014; (d) a defesa interpôs recurso de apelação em 11/3/2014; (e) o Superior Tribunal Militar não conheceu do apelo, em razão da intempestividade recursal; (f) interposto agravo regimental, a Corte negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado:

“(...) 1. A intimação pessoal da DPU do inteiro teor da Sentença condenatória em Audiência corrobora as prerrogativas da Defensoria Pública e o Princípio da Ampla Defesa, harmonizando-se ainda com o princípio da celeridade. 2. A deficiência na organização interna do quadro de defensores públicos não justifica a concessão de prazo superior ao dobro para interpor o Recurso de Apelação. Agravo Regimental conhecido e não acolhido. Decisão unânime”.

Neste *habeas corpus*, a impetrante alega, em suma, que (a) o art. 44 da LC 80/1994 confere à Defensoria Pública da União a prerrogativa não só da intimação pessoal, mas da “intimação pessoal com entrega dos autos”,

HC 125270 / DF

o que não foi observado no caso; (b) a desnecessidade de entrega dos autos ocorre somente na hipótese de processo eletrônico; (c) na esfera criminal, por envolver o direito de liberdade do acusado, deve-se zelar pelos institutos da ampla defesa, do contraditório, do duplo grau de jurisdição e da dignidade da pessoa humana; (d) acusação e defesa estavam presentes na sessão de leitura de sentença e, ainda assim, o Ministério Público Militar fora intimado, com remessa dos autos; (e) o princípio da paridade das armas impõe seja observado o mesmo procedimento para a defesa; (f) a apelação apresentada antes da remessa dos autos ao defensor não pode ser considerada intempestiva. Requer, ao final, a concessão da ordem, para que “se modifique o entendimento anterior do eg. STM para reconhecer a tempestividade do apelo apresentado pela defesa, determinando ao Tribunal de Apelação da JMU que conheça e julgue o recurso de fls. 410-422”. Pede, ainda, sua intimação pessoal para realizar sustentação oral.

O pedido de liminar foi indeferido.

Em parecer, a Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela concessão da ordem “para que seja processada a apelação”.

É o relatório.

23/06/2015

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 125.270 DISTRITO FEDERAL**VOTO**

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR): 1. À Defensoria Pública, enquanto instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, compete promover a assistência jurídica judicial e extrajudicial aos necessitados, nos termos do art. 134 da Constituição Federal. Prerrogativas decorrentes do efetivo exercício de sua missão Constitucional foram estabelecidas pelo legislador ordinário, notadamente a intimação pessoal e a contagem em dobro dos prazos processuais (art. 370, § 4º, do CPP; art. 5º, § 5º, da Lei 1.060/1950; e art. 44, I, da Lei Complementar 80/1994).

Esta Suprema Corte, em reiterados precedentes, reconhece a relevância da instituição e respalda a indeclinável concretização das prerrogativas a ela inerentes, sendo pertinente transcrever o elucidativo pronunciamento do Ministro Celso de Mello, no julgamento da ADI 2.903/PB (DJe de 19/9/2008):

“A Defensoria Pública não pode (e não deve) ser tratada de modo inconsequente pelo Poder Público, pois a proteção jurisdicional de milhões de pessoas – carentes e desassistidas –, que sofrem inaceitável processo de exclusão jurídica e social, depende da adequada organização e da efetiva institucionalização desse órgão do Estado. De nada valerão os direitos e de nenhum significado revestir-se-ão as liberdades, se os fundamentos em que eles se apoiam – além de desrespeitados pelo Poder Público ou transgredidos por particulares – também deixarem de contar com o suporte e o apoio de um aparato institucional, como aquele proporcionado pela Defensoria Pública, cuja função precípua, por efeito de sua própria vocação constitucional (...), consiste em dar efetividade e expressão concreta, inclusive mediante acesso do lesado à jurisdição do Estado, a esses mesmos direitos, quando titularizados por pessoas necessitadas, que são as reais

HC 125270 / DF

destinatárias tanto da norma inscrita no art. 5º, LXXIV, quanto do preceito consubstanciado no art. 134, ambos da CR. Direito a ter direitos: uma prerrogativa básica, que se qualifica como fator de viabilização dos demais direitos e liberdades – Direito essencial que assiste a qualquer pessoa, especialmente àquelas que nada têm e de que tudo necessitam. Prerrogativa fundamental que põe em evidência – Cuidando-se de pessoas necessitadas (...) – A significativa importância jurídico-institucional e político-social da Defensoria Pública”.

Especificamente acerca da prerrogativa institucional da intimação pessoal, destaca-se, dentre outros, os seguintes precedentes desta Corte:

“(...) “É nula, por violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, a audiência de instrução realizada sem a presença da Defensoria Pública, não intimada pessoalmente para o ato, máxime quando a prova acusatória nela colhida tiver embasado a condenação do paciente. 3. A atuação da Defensoria Pública, instituição essencial à função jurisdicional do Estado (art. 134, CF), não pode ser considerada fungível com a desempenhada por qualquer defensor *ad hoc*, sendo mister zelar pelo respeito a suas prerrogativas institucionais. 4 – Ordem parcialmente concedida, para anular a condenação do paciente” (HC 121682, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe de 17-11-2014).

“(...) A sustentação oral – que traduz prerrogativa jurídica de essencial importância – compõe o estatuto constitucional do direito de defesa. A injusta frustração desse direito, por falta de intimação pessoal do Defensor Público para a sessão de julgamento do recurso especial interposto pelo Ministério Público Federal, afeta, em sua própria substância, o princípio constitucional da amplitude de defesa. O cerceamento do exercício dessa prerrogativa – que constitui uma das projeções concretizadoras do direito de defesa – enseja, quando configurado, a própria invalidação do julgamento realizado

HC 125270 / DF

pelo Tribunal, em função da carga irrecusável de prejuízo que lhe é ínsita. Precedentes do STF. - O ordenamento positivo brasileiro torna imprescindível a intimação pessoal do defensor nomeado dativamente (CPP, art. 370, § 4º, na redação dada pela Lei nº 9.271/96) e reafirma a indispensabilidade da pessoal intimação dos Defensores Públicos em geral (LC nº 80/94, art. 44, I, art. 89, I, e art. 128, I), inclusive a dos Defensores Públicos dos Estados-membros (LC nº 80/94, art. 128, I; Lei nº 1.060/50, art. 5º, § 5º, na redação dada pela Lei nº 7.871/89). - A exigência de intimação pessoal do Defensor Público e do Advogado dativo, notadamente em sede de persecução penal, atende a uma imposição que deriva do próprio texto da Constituição da República, no ponto em que o estatuto fundamental estabelece, em favor de qualquer acusado, o direito à plenitude de defesa em procedimento estatal que respeite as prerrogativas decorrentes da cláusula constitucional do ‘due process of law’. Precedentes” (HC 103955/SP, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJe de 22-11-2012).

“(...) 1. A mera intimação da inclusão do recurso em pauta não assegura a data exata em que ocorrerá o julgamento nem garante, então, ao representante legal do Paciente o direito de comparecer ao julgamento para efetivar a defesa oral, na forma dos arts. 554 e 565 do CPC. 2. A ausência de intimação para a data da sessão de julgamento pode ser, assim, considerada causa de nulidade do ato praticado nessa condição, inclusive por ter sido frustrada eventual possibilidade de sustentação oral. Precedentes. 3. Os mesmos fundamentos do acórdão concessivo da ordem no *Habeas Corpus* n. 91.566 servem para afastar o constrangimento ilegal a que está sendo submetido o ora Paciente. 4. *Habeas corpus* concedido no sentido de se anular o julgamento do recurso de apelação proferido pelo Superior Tribunal Militar” (HC 98357/RJ, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 24-8-2011).

2. No caso, o Defensor Público e o representante do Ministério

HC 125270 / DF

Público Militar estiveram presentes na audiência de leitura de sentença, ocorrida em 27/2/2014, tendo sido os autos remetidos à acusação em 10/3/2014 e devolvidos ao juízo processante no dia 13/3/2014. Em 11/3/2014 – antes da remessa dos autos à Defensoria Pública –, a defesa interpôs o recurso de apelação, mas o Tribunal Castrense reputou-a intempestiva, por compreender que “a intimação pessoal da DPU do inteiro teor da Sentença condenatória em Audiência corrobora as prerrogativas da Defensoria Pública e o Princípio da Ampla Defesa, harmonizando-se ainda com o princípio da celeridade”.

Impõe-se reconhecer a equivocada interpretação das garantias conferidas à Defensoria Pública pela Corte Militar. Os documentos colacionados aos autos dão conta de que as intimações neles realizadas ocorreram pessoalmente e com remessa dos autos, procedimento igualmente esperado quando da prolação da sentença condenatória. Outrossim, a defesa e a acusação estiveram presentes na audiência de leitura de sentença, mas os autos foram remetidos somente ao Ministério Público, providência não observada quanto à Defensoria Pública. Mesmo sem estar na posse do processo, o defensor sentiu-se habilitado a atuar, antecipando-se na apresentação do recurso de apelação.

Esse quadro revela ilegalidade por parte da decisão hostilizada, porquanto não observado o aperfeiçoamento da intimação dirigida à Defensoria Pública, negando-lhe os meios adequados ao exercício das funções a ela inerentes. Considerar intimado o defensor público pela presença na audiência de leitura da sentença condenatória, sem a ulterior remessa dos autos, acaba por esvaziar o direito primordial do paciente à ampla e efetiva defesa. Nessa perspectiva, há de se oferecer condições e facilidades, asseguradas por lei, à preparação das teses defensivas. Não obstante, o recurso interposto, sem vista dos autos, foi considerado intempestivo.

Conforme destacado no art. 44, I, da Lei Complementar 80/1994, constitui prerrogativa dos membros da Defensoria Pública da União, “receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou

HC 125270 / DF

instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos”.

Aliás, o Superior Tribunal de Justiça, em sua missão de interpretar as normas infraconstitucionais, assentou, em ação de divórcio cumulada com pedido de alimentos, que, “a despeito da presença do Defensor Público na audiência de instrução e julgamento, a intimação pessoal da Defensoria Pública somente se concretiza com a respectiva entrega dos autos com vista, em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa”. Para tanto, enfatizou que: “tal prerrogativa, inerente aos membros da Instituição, não importa em privilégio descabido. Na verdade, a finalidade da lei é proteger e preservar a própria função exercida pelo referido órgão e, principalmente, resguardar aqueles que não têm condições de contratar um Defensor particular. Não se cuida, pois, de formalismo ou apego exacerbado às formas, mas, sim, de reconhecer e dar aplicabilidade à norma jurídica vigente e válida” (Resp 1.190.865/MG, Rel. Min. Massami Uyeda, Dje 01.3.2012).

A jurisprudência desta Corte também enfatiza que “a intimação do Defensor Público se aperfeiçoa com a chegada dos autos e recebimento na instituição” (RHC 116.061/ES, Min. Rosa Weber, Primeira Turma, Dje de 23-4-2013).

3. Ante o exposto, concedo a ordem de *habeas corpus*, para determinar ao Superior Tribunal Militar que submeta a Apelação 78-90.2013.7.11.0211/DF a novo julgamento, nos termos da fundamentação. É o voto.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 125.270

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI

PACTE.(S) : ANDRE LUIZ DA SILVA ALVES

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Decisão: A Turma, por votação unânime, concedeu a ordem de *habeas corpus*, para determinar ao Superior Tribunal Militar que submeta a Apelação 78-90.2013.7.11.0211/DF a novo julgamento, nos termos do voto do Relator. Presente o Dr. Gustavo Zortéa da Silva, Defensor Público Federal. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma**, 23.06.2015.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Ravena Siqueira
Secretária